



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

ATA Nº. 5

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Arraiolos, pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na sala de reuniões do edifício Arraiolos Multiusos.

Estiveram presentes:

Catarina Cartaxo Correia dos Loios – 1ª. *Secretária, substituiu a Presidente da Assembleia Municipal*

José Augusto Silva Rosalino – 2º. *Secretário*

E os membros:

Bruno Miguel Teixeira Queirós, Helena Sofia Faria Herdadinha, José Manuel Nunes Pinto, Margarida dos Loios Condeço, Filipe Nuno Beja Silva Tavares Simões, António José Rocha Barreto, Manuel Dinis Passinhas Cabeça, Lara Guadalupe Gingão, Maria Manuel Pimpão Gabriel, Cláudia Sobreiro Monteiro, Carlos Cartaxo Correia dos Loios, António Maria Neutel Pequito Costelas Garcia, Sandra Maria Marques Serra Alpiarça, Daniel Fernando Canôa Coelho e Pedro Manuel Martins Silveira.

Faltaram, por motivo justificado: Sílvia Cristina Tirapicos Pinto, Rui Manuel Cosme Estriga, Isabel Maria Pereira Lobato, que, nos termos dos artºs. 78º e 79º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, foram substituídos por Paulo Silva, Sofia Severino Antas e Maria Manuela Leitão, respetivamente.

Verificou-se ainda ausência do Presidente da Junta de Freguesia de Igreja, Nuno Manuel Valadas Rebocho, por impedimento, comunicada por escrito à Mesa, sendo substituído pela Secretária Maria Gertrudes Severino Luzia, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º da legislação já indicada.

Do órgão executivo estavam presentes, o Sr. Presidente e os Vereadores Rodrigo José de Deus Panelas, Ana Raquel Portalegre Tomaz, Carla Ramires Romana e Gonçalo Alexandre Coelho Lopes.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

2

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa deu início à sessão cumprimentando todos os presentes e informou o público, que caso tenham interesse em intervir no final dos nossos trabalhos, devem inscrever-se junto do secretariado. Informou que de acordo com o regimento, cabe à Presidente da Mesa propor um nome para substituir a eleita em falta, para a constituição da mesa, propondo que fosse a **Lara Coelho**, caso haja acordo.

Não havendo qualquer objeção, foi considerada a proposta, passando a dita eleita a fazer parte da constituição da Mesa.

De seguida, a Presidente da Mesa colocou a aprovação a ata 2, de 27 de novembro de 2025, a qual havia sido remetida a todos os eleitos.

Interveio **Helena Herdadinha** que cumprimentou todos os presentes e solicitou esclarecimento ao referido na página 9, recordando as questões anteriormente colocadas ao Executivo sobre o valor proposto e que na resposta prestada, foi mencionado que, no caso da Rua da República, apenas foram contratados os trabalhos de calcetamento, acrescentando que, em obras desta dimensão, o valor proposto é facilmente atingido e que, em mandatos anteriores, já havia sido autorizada uma verba superior - 2 milhões de euros. Perante esta referência, questionou se os 2 milhões de euros diziam respeito à autorização anteriormente aprovada ou se existiu, efetivamente, um orçamento específico para a obra da Rua da República nesse valor.

A Presidente da Mesa esclareceu que o valor mencionado (2 milhões) correspondia ao montante global autorizado, em anteriores mandatos, para procedimentos por administração direta.

Não havendo mais intervenções, colocou a ata à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, dos membros presentes na dita reunião.

De seguida intervieram:

- **Sandra Alpiarça**, Presidente da União de Freguesias de São Gregório e Santa Justa, agradeceu, em nome da freguesia, o apoio prestado pela Câmara Municipal no passado dia 29, na sequência das intempéries, destacando a disponibilidade de recursos humanos e meios técnicos, bem como a prontidão da intervenção, que permitiu minimizar os estragos verificados, tanto ao nível das infra estruturas como em habitações particulares. Manifestou igualmente o seu agradecimento aos Bombeiros Voluntários de Arraiolos, à Proteção Civil e a todas as entidades envolvidas pela colaboração prestada, quer no concelho, quer nos territórios mais afetados pelas intempéries, com especial referência ao concelho e distrito



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

de Leiria.

- **Margarida Condeço** procedeu à leitura de texto assinalando a proximidade do Dia Internacional da Mulher, cujo teor se transcreve: *“No próximo dia 8 de março, celebramos o Dia Internacional da Mulher, celebramos todas as conquistas e reforçamos o que ainda está por alcançar. Começo por saudar todas as mulheres aqui presentes, porque na nossa região a baixa participação das mulheres em matéria cívica e política ainda é uma realidade e por isso é um ato de resistência. Persistem desigualdades salariais, segregação de géneros nas profissões e a invisibilidade do trabalho doméstico que continua a recair sobre as mulheres.*

A falta de acesso a serviços essenciais e a escassez de oportunidades qualificadas continuam a ser uma luta para que nenhuma mulher tenha de escolher entre a sua terra e o seu futuro. A nível nacional é inaceitável que em pleno século XXI as mulheres continuem a ganhar menos do que os homens por funções iguais e é devastador que a violência doméstica continue com números alarmantes todos os meses. Não se pode aceitar que a casa continue a ser o lugar mais perigoso para muitas portuguesas.

Este ano a afirmação dos nossos direitos ganha uma dimensão histórica. Celebramos os 50 anos da Constituição da República Portuguesa e por isso destaca-se o artigo 13º. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, o princípio da igualdade como base da democracia, que a cada dia é mais ameaçada e por isso a nossa luta não termina no nosso país.

Vivemos num mundo onde a escalada de conflitos armados ameaça todos os direitos fundamentais, atingindo em primeiro lugar as mulheres e as crianças. Mulheres de raparigas continuam impedidas de estudar e assistimos a cada vez mais deslocações forçadas, seja pelas guerras ou pela crise climática. Não podemos apenas falar de nós quando a nossa luta é na sua essência solidária.

Só construindo paz, igualdade e equidade na nossa comunidade, juntos os mais novos e do que nos são próximos é que conseguimos uma sociedade onde os direitos não dependem do género ou da geografia e que o 8 de março seja finalmente o dia em que celebramos uma liberdade que é de facto para todas.”

- **António Barreto** enalteceu o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal na implementação de medidas preventivas em zonas anteriormente afetadas por inundações, nomeadamente na freguesia de Igrejinha. Referiu que as intervenções realizadas se revelaram extremamente úteis e eficazes, uma vez que, apesar das intempéries ocorridas no último mês, a área em questão não sofreu alagamentos nem se verificaram inundações



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

em habitações, situação que era recorrente em anos anteriores.

- **José Manuel Pinto** informou que para cumprimento de uma promessa assumida na anterior sessão da Assembleia Municipal, solicitava autorização para se levantar e proceder à oferta do livro *Porque Sou Comunista* ao membro Bruno Queirós.
- **Sofia Antas** referiu ser uma honra estar presente na reunião, ainda que em regime de substituição. De seguida, felicitou o Executivo pelas iniciativas promovidas em apoio das populações afetadas pela tempestade Cristina. Referiu ter conhecimento de uma campanha de recolha de bens alimentares e de outros bens essenciais destinados às populações atingidas, bem como da criação de um banco de voluntários para prestar apoio nos territórios afetados. Solicitou esclarecimentos sobre o desenvolvimento destas iniciativas, questionando de que forma decorreram, qual foi a adesão registada e se tiveram um impacto positivo junto das populações abrangidas, contribuindo efetivamente para minimizar as dificuldades sentidas pelas pessoas afetadas.
- **Bruno Queirós** começou por agradecer a oferta do livro que lhe foi entregue pelo membro José Manuel, referindo, em tom de brincadeira, a semelhança da cor da obra com a do seu clube de futebol. De seguida, solicitou um ponto de situação relativamente à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), recordando que já havia sido anunciada a constituição da Comissão Alargada e da Comissão Restrita. Questionou se a CPCJ já se encontrava em pleno funcionamento e se existiam elementos ou informações que pudessem ser divulgados relativamente à atividade desenvolvida. Relativamente ao processo de certificação do Tapete de Arraiolos, solicitou esclarecimentos sobre o estado do procedimento, na sequência da notificação anteriormente emitida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial e da resposta apresentada pelo Município. Por último, referiu a recente nomeação da Coordenadora da Unidade de Saúde Familiar Matriz e as reuniões realizadas entre o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alentejo Central e o Executivo Municipal, questionando quais as principais matérias abordadas nesses encontros e quais as soluções que se encontram a ser equacionadas para a área da saúde no concelho, bem como os benefícios que delas poderão resultar para a população.
- **Manuela Leitão** cumprimentou todos os presentes e mencionou três situações que considerou merecedoras de atenção. Em primeiro lugar, referiu que as escadas de acesso entre a Rua das Acácias e o Multiusos, compostas por 36 degraus, não dispõem de iluminação nem de corrimão, circunstância que dificulta a sua utilização, sobretudo durante o período noturno. Salientou que estas escadas existem há mais de vinte anos sem que



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

tenham sido alvo de intervenções de melhoria, sugerindo a instalação de corrimão e de iluminação adequada, por forma a garantir melhores condições de segurança e acessibilidade. Em segundo lugar, alertou para a necessidade de criação de passadeiras e, eventualmente, de lombas redutoras de velocidade no Bairro da Manizola, com o objetivo de reduzir o excesso de velocidade registado naquela zona, em particular na parte mais baixa da Rua das Acácias, via que estabelece a ligação entre o Centro de Saúde e o Cabouco. Acrescentou ainda que existem, em vários pontos da vila, passadeiras cuja sinalização horizontal se encontra desgastada, carecendo de nova pintura. Por último, relativamente à rotunda situada em frente ao Centro de Saúde, que permanece sem qualquer elemento decorativo ou identificativo desde a sua construção, sugeriu a sua valorização através da colocação de um elemento simbólico de homenagem aos Dadores de Sangue, considerando tratar-se de um local adequado e com visibilidade para esse efeito.

Manuel Cabeça apresentou um voto de congratulação pela eleição do novo Presidente da República, cuja tomada de posse ocorrerá no dia 9 de março. Referiu que se trata de uma eleição marcada pela moderação, pela tolerância e pelo bom senso, considerando que, num contexto particularmente exigente e de incerteza, é positivo que a Presidência da República seja assumida por alguém capaz de contribuir para a ponderação, o equilíbrio e a estabilidade institucional do país. Por último, destacou de forma muito positiva os resultados alcançados pelo concelho de Arraiolos, manifestando satisfação pelo trabalho desenvolvido e pelos indicadores obtidos.

Não havendo mais inscrições, a Presidente da Mesa colocou à consideração o uso da palavra pelo Presidente da Câmara Municipal que, iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa, os restantes eleitos da Assembleia, dirigindo um cumprimento especial aos eleitos, que pela primeira vez participam. Cumprimentou igualmente o público presente e os funcionários municipais, agradecendo o apoio prestado.

Agradeceu as intervenções de Sandra Alpiarça e António Barreto, destacando o trabalho preventivo desenvolvido pelos serviços municipais, muitas vezes pouco visível, mas essencial para evitar situações de maior gravidade. Referiu, como exemplo, intervenções realizadas na Igreja, bem como o trabalho desenvolvido no âmbito do Regulamento do Arvoredo, que permitiu identificar e abater árvores em risco, com o apoio das Equipas de Intervenção Permanente dos Bombeiros Voluntários de Arraiolos. Enalteceu ainda o papel dos Bombeiros Voluntários, salientando a sua permanente disponibilidade para servir a população. Relativamente às questões colocadas por Sofia Antas, informou que a recolha de produtos decorreu de forma muito positiva, através da articulação com a CIMAC, destacando a



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

solidariedade demonstrada pela população do concelho. Referiu ainda a homenagem prestada à CIMAC, no âmbito da BTL, pelo apoio concedido à região de Leiria, tendo os municípios da Comunidade Intermunicipal enviado cinquenta e dois camiões de ajuda.

Em resposta a Bruno Queirós, informou que a CPCJ se encontra em funcionamento, embora possa ainda enfrentar algumas limitações operacionais. Quanto à certificação do Tapete de Arraiolos, referiu que o respetivo diploma foi promulgado a 7 de fevereiro, tendo o processo sofrido um ligeiro atraso devido a uma reclamação apresentada por uma empresa, considerou, contudo, estarem reunidas as condições para avançar para a fase de acreditação da entidade certificadora. Relativamente à área da saúde, deu conta de uma reunião realizada com a Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, durante a qual foi transmitido que a principal necessidade do concelho continua a ser a falta de médicos, faltando apenas um profissional para completar o quadro previsto. Foram ainda abordadas questões relacionadas com equipamentos sem utilização por falta de recursos humanos. Quanto ao processo de descentralização de competências na área da saúde, afirmou que o Município não se opõe à sua concretização, considerando que a proximidade às populações poderá contribuir para uma resposta mais eficaz, contudo, sublinhou a necessidade de uma compensação financeira adequada, situação que, segundo referiu, nem sempre se verificou noutros processos de descentralização. Manifestou ainda preocupação relativamente à situação de uma trabalhadora do Centro de Saúde com vínculo precário, receando que a assunção de novas competências possa colocar em causa a continuidade do seu posto de trabalho, circunstância que o Município pretende evitar. Acrescentou que a disponibilidade do Município para assumir competências nesta área está igualmente relacionada com a perspetiva de integração de mais um médico no concelho, admitindo que tal possa ocorrer nos meses de abril ou maio, após a conclusão dos processos de colocação dos médicos internos, podendo assim o quadro médico previsto para o concelho ficar completo.

Respondendo às questões colocadas por Manuela Leitão, informou ter tomado nota das situações apresentadas. Relativamente à rotunda junto ao Centro de Saúde, esclareceu que ainda não existe uma decisão definitiva sobre a matéria, contudo, é intenção do Executivo, durante o atual mandato, promover uma homenagem adequada aos Dadores de Sangue, aos Bombeiros Voluntários ou a outra entidade de relevante importância para o concelho.

Após inscrição para 2ª. ronda, entrevistaram:

- **Bruno Queirós** agradeceu os esclarecimentos prestados e solicitou confirmação de que a transferência de competências na área da saúde apenas será aceite pelo Município caso seja assegurado o preenchimento do quadro de médicos. Questionou a situação da



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

funcionária com vínculo precário, nomeadamente se, no âmbito da transferência de competências, a mesma transitaria automaticamente para o município.

Ao que o Presidente da C. M. confirmou.

- **António Garcia**, Presidente da Junta de Freguesia de Vimieiro, saudou a Presidente da Mesa esperando que esta sessão corra na normalidade, desejando-lhe sucesso nas novas funções, aproveitando, igualmente, para cumprimentar todos os eleitos presentes e naturalmente o público. Referiu ter recebido diversas preocupações de encarregados de educação do Vimieiro relativamente à situação das assistentes operacionais da Escola EB1 de Vimieiro, questionando o Executivo sobre o ponto de situação do procedimento concursal destinado à substituição das funcionárias entretanto aposentadas e em que fase se encontra o respetivo processo. Solicitou ainda esclarecimentos sobre a solução temporária atualmente assegurada pela Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente quanto ao funcionamento do serviço e à previsão para a sua substituição definitiva.

O Presidente da Câmara Municipal informou que se prevê, nos próximos dias, a publicação, em Diário da República, da abertura do respetivo procedimento concursal para admissão de assistentes operacionais, destinado não apenas a suprir as necessidades identificadas na EB1 do Vimieiro, mas também outras existentes no concelho. Foi ainda referido que existem trabalhadores que se encontram em final de carreira e que têm direito à sua aposentação, tornando necessária a reposição desses recursos humanos.

Esgotadas as inscrições, a Presidente da Mesa deu por encerrado este período passando à ordem de trabalhos.

Período da Ordem do Dia

A Assembleia foi convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Informação do Presidente sobre atividade municipal;**
2. **Apreciação e aprovação dos mapas “Demonstração de desempenho orçamental” relativos à Gerência de 2025;**
3. **1ª. Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos do ano 2026;**
4. **Declarações de Compromissos Plurianuais, Pagamentos/Recebimentos em Atraso à data de 31/12/2025 – para conhecimento;**
5. **Proposta da Carta Municipal de Habitação de Arraiolos.**



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL:

No cumprimento da legislação foi remetida antecipadamente informação relativa à atividade que decorreu entre a última reunião e a presente, que ficará arquivada na pasta de atas (2025-2029).

Conforme ordem de inscrição intervieram:

- **Maria Manuel Gabriel** colocou três questões ao Executivo Municipal:
 - Se já existia alguma candidatura para o projeto POETA em curso e quais as perspectivas de avanço da infraestrutura, tendo em conta o valor estimado da respetiva obra.
 - Esclarecimentos sobre a mobilidade intercarreiras de dois funcionários, perguntando se os mesmos continuavam a desempenhar as funções anteriormente exercidas ou se tinham sido colocados noutros serviços.
 - Se havia ou não a intenção de proceder à contratação de um novo jurista, face ao termo do contrato do anterior técnico.
- **Bruno Queirós** referiu que a informação municipal continua a evidenciar reduzida atividade nas áreas da saúde e da juventude, destacando uma forte componente de representação institucional, sem que sejam apresentados de forma clara os respetivos resultados. Considerou ainda que as iniciativas e projetos mencionados carecem de informação sobre objetivos, metas e impactos alcançados. Nesse sentido, em representação da bancada do Partido Socialista, questionou quais os resultados concretos obtidos no âmbito das candidaturas ao PRR e ao PT2030 e quais os resultados mensuráveis decorrentes das atividades descritas na informação municipal.

Em resposta, o Presidente da Câmara informou que o projeto POETA irá avançar, encontrando-se o Município a aguardar a abertura de novo procedimento concursal, após o concurso anterior ter ficado deserto. Referiu ainda que foi submetida uma candidatura para cofinanciamento da obra, embora o montante elegível previsto pelo FEDER seja reduzido face ao custo total estimado. Ainda assim, assegurou que esta será uma das prioridades do Município, podendo ser financiada através do saldo disponível e/ou recurso a financiamento, atendendo à capacidade financeira existente e aos compromissos já assumidos. Relativamente à mobilidade intercarreiras, esclareceu que a mesma resultou de solicitações dos próprios trabalhadores e que, após apreciação pelos respectivos superiores hierárquicos, se concluiu que as funções efetivamente desempenhadas correspondiam ao conteúdo funcional da carreira de técnico superior. Quanto ao lugar de jurista, informou que o mapa de pessoal prevê a abertura de procedimento concursal para o preenchimento de um posto de trabalho por tempo indeterminado. Esclareceu que existem



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

várias candidaturas e projetos em preparação ou em fase de apreciação, embora não tivesse presente a totalidade dos programas de financiamento em que se inserem. Referiu que se encontra em execução uma candidatura no âmbito do combate ao insucesso escolar e que foi submetida ao PRR e uma candidatura para a requalificação da Rua Capitão Gomes Pereira, em Igrejinha, aguardando-se decisão. Informou ainda que o Município prevê submeter novas candidaturas relacionadas com o ciclo urbano da água, a requalificação de arruamentos e o futuro laboratório têxtil, para o qual se pretende lançar concurso público e candidatar a financiamento comunitário. Acrescentou estar a ser desenvolvido um estudo de eficiência energética nas escolas do agrupamento, com vista à preparação de uma candidatura a fundos comunitários nesta área. Justificou a prioridade atribuída a este projeto com o aumento significativo dos custos de eletricidade após a transferência de competências para o Município, salientando a necessidade de concluir o diagnóstico antes de avançar para a fase de execução. Concluiu referindo que existem ainda outros projetos em preparação, embora não os tenha identificado de forma exaustiva naquele momento.

De seguida, usou da palavra **Manuel Cabeça** que solicitou esclarecimentos sobre a reunião realizada com o PACT, questionando que conclusões haviam sido retiradas, quais as possíveis relações com o projeto POETA e de que forma essa entidade poderia contribuir para os objetivos estratégicos da futura infraestrutura. Relativamente à eficiência energética, questionou se a intervenção prevista abrangia apenas o Centro Escolar ou também a Escola Cunha Rivara.

O Presidente da Câmara esclareceu que a candidatura na área da eficiência energética abrange a totalidade do Parque Escolar, incluindo a Escola Cunha Rivara e o respetivo pavilhão desportivo. Relativamente à reunião realizada com o PACT, informou que a entidade demonstrou elevado interesse pelo projeto POETA, reconhecendo o seu potencial, em particular nas áreas tecnológica e da criação de emprego qualificado. Referiu que o PACT se encontra atualmente próximo da sua capacidade máxima de incubação, pelo que, no futuro, poderá encaminhar para o POETA empresas que procuram soluções de acolhimento. Acrescentou que ainda não existe qualquer acordo formal celebrado nem se encontra definido o modelo de gestão da infraestrutura. Contudo, o Município pretende prosseguir o desenvolvimento de contactos com parceiros estratégicos, designadamente o PACT, a ADRAL e outras incubadoras, com vista à atração de empresas interessadas em instalar-se no concelho e na região.

1. APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DOS MAPAS “DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL” RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2025:

A Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do assunto,



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

o qual fez uma breve explicação, dado que os documentos foram remetidos para análise.

Sobre o ponto interveio **Bruno Queirós** referindo que a demonstração apresentada dos indicadores financeiros poderá refletir alguma falta de planeamento estratégico relativamente à execução do orçamento. Salientou que a existência de um excedente orçamental é importante para o equilíbrio das contas públicas e reconheceu que o Município tem demonstrado uma situação financeira sólida. Contudo, considerou pertinente esclarecer que projetos estavam inicialmente previstos para execução e acabaram por não avançar, contribuindo para o referido excedente orçamental.

O Presidente da Câmara esclareceu que a execução orçamental cumpriu todas as normas contabilísticas aplicáveis, quer ao nível da receita, quer da despesa, referindo que a análise detalhada do tema seria efetuada aquando da apreciação da prestação de contas, agendada para o mês de abril.

Não havendo mais intervenções sobre o ponto, a Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com quinze votos favoráveis e seis abstenções dos membros do PS.

De seguida, **Bruno Queirós** solicitou autorização para apresentar uma declaração de voto, que se transcreve:

“O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Arraiolos apresenta a seguinte declaração de voto relativa ao ponto da ordem de trabalhos “Apreciação e aprovação dos Mapas de Demonstração do Desempenho Orçamental” relativos à gerência de 2025.

Considerando o seguinte:

- *A análise da execução orçamental resulta da transição para o exercício seguinte de 3.174.780,09 euros. Este valor é demasiado significativo para ser desvalorizado, pois evidencia limitações na capacidade de execução e levanta dúvidas quanto ao grau de planeamento estratégico do orçamento anterior.*
- *O orçamento municipal deve traduzir visão, prioridades claras e capacidade de concretização. Quando uma parte relevante dos recursos previstos não é executada, isso significa que as opções assumidas não corresponderam plenamente às necessidades do território nem ao ritmo de intervenção que o concelho exige.*

*Por todos esses motivos, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Arraiolos não podem compactuar com uma governação desajustada e sem plano estratégico, por isso optam pela **abstenção** neste ponto. Esta votação é também uma posição de responsabilidade institucional: reconhecemos a informação apresentada, mas não podemos deixar de assinalar*



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

que a execução orçamental evidencia falta de ambição, insuficiente planeamento e dificuldades na concretização das políticas municipais.

Por estas razões fica registada a presente declaração de voto. ”

2. 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO 2026:

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do assunto, o qual prestou esclarecimentos sobre a revisão orçamental apresentada, referindo que, no que respeita à despesa corrente, foram efetuados reforços em diversas rubricas, nomeadamente em eventos culturais, na rubrica de trabalhos especializados, com um aumento na ordem dos 250.000€, abrangendo publicações, faturação eletrónica, licenciamento de software, serviços do Revisor Oficial de Contas e outras prestações de serviços. Referiu ainda o reforço de verbas afetas a eventos culturais, bem como a valorização de iniciativas como o “Tapete Está na Rua”. No âmbito da cooperação intermunicipal, destacou o reforço de cerca de 120.000€ associado à parceria com a CIMAC, no âmbito de projetos e iniciativas conjuntas. No que respeita à despesa de capital, explicou que o principal reforço se prende com infraestruturas, designadamente a intervenção na Barreta, correspondente a uma nova fase, encontrando-se o processo em condições de abertura de concurso público, com uma estimativa de cerca de 500.000€.

Sobre o proposto pronunciaram-se:

- **Bruno Queirós** referiu que o orçamento municipal havia sido aprovado há pouco mais de dois meses, tendo sido apresentado como um documento equilibrado, estruturado e com prioridades definidas para o concelho. Salientou que o orçamento deve ser entendido não apenas como um instrumento contabilístico, mas como um instrumento político orientador de prioridades e de investimento, pelo que a sua revisão precoce levanta questões sobre as opções subjacentes à sua aprovação inicial. Recordou ainda que, durante a discussão orçamental, a bancada do PS já havia manifestado reservas quanto ao carácter pouco transformador do documento do ponto de vista estratégico, afirmando que a revisão agora apresentada poderá confirmar fragilidades ao nível do planeamento e da execução das políticas municipais. Concluiu colocando questões sobre os pressupostos que terão deixado de se verificar num intervalo tão curto de tempo e se, à data da aprovação do orçamento, já era do conhecimento do Executivo a necessidade da presente revisão, sublinhando que tal situação levanta dúvidas quanto ao processo de planeamento.

O Presidente da Câmara referiu não estranhar as críticas do Partido Socialista quanto à alegada



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

falta de visão estratégica do Executivo, considerando que essa tem sido uma linha recorrente da oposição, em particular de Bruno Queirós. Salientou que a estratégia do Executivo está claramente definida e visível na ação desenvolvida, não podendo concordar com a afirmação de que o Município não possui orientação estratégica. Esclareceu ainda que a proposta em apreciação não correspondia a uma simples alteração orçamental, mas sim a uma revisão orçamental obrigatória, decorrente da integração do saldo de gerência transitado do exercício anterior. Explicou que este procedimento ocorre anualmente em todos os municípios, uma vez que o saldo de gerência tem de ser incorporado no orçamento em vigor, implicando necessariamente a sua revisão. Acrescentou que tal revisão teria de ser efetuada independentemente do montante em causa, fosse ele de três milhões de euros ou de apenas cem mil euros, porquanto qualquer integração do saldo altera o valor global do orçamento.

A Presidente da Mesa agradeceu questionando se haveria mais intervenções, seguindo-se:

- **Bruno Queirós** contrapôs que os períodos contabilísticos e orçamentais são previsíveis, considerando que, à data da elaboração dos documentos previsionais, já deveriam existir elementos suficientes que permitissem antecipar a existência de um saldo de gerência positivo e planear a sua aplicação. Defendeu, por isso, que a integração desse saldo deveria refletir uma estratégia previamente definida e não apenas resultar de ajustamentos posteriores, reiterando as reservas anteriormente manifestadas quanto ao planeamento e à orientação estratégica do Executivo.
- **José Manuel Pinto** referiu que a elaboração e aprovação dos orçamentos municipais obedecem a um enquadramento legal e regulamentar específico, que estabelece regras e procedimentos obrigatórios para a sua preparação e apresentação. Salientou que, independentemente das diferentes opiniões políticas que possam existir sobre os documentos orçamentais, a sua elaboração implica o cumprimento de um conjunto de exigências técnicas e contabilísticas impostas pelo sistema de gestão financeira das autarquias. Acrescentou que os procedimentos adotados pelo Município têm merecido, ao longo dos anos, pareceres favoráveis e a concordância do Revisor Oficial de Contas, não tendo sido assinaladas irregularidades ou incorreções nos respetivos registos. Nesse sentido, afirmou que a CDU mantém a sua confiança no trabalho desenvolvido pelos técnicos municipais responsáveis pela elaboração dos documentos financeiros, no Executivo que os aprova e na maioria da Assembleia Municipal que tem validado essas opções.
- **Manuel Cabeça** agradeceu os esclarecimentos prestados e sublinhou que a posição do Partido Socialista não coloca em causa a legalidade ou a conformidade dos



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

procedimentos adotados pelo Município, nem o trabalho desenvolvido pelos técnicos municipais ou pelas entidades responsáveis pela revisão e fiscalização das contas. Referiu que a intervenção da oposição se enquadra no exercício das competências legalmente atribuídas à Assembleia Municipal, designadamente no acompanhamento da atividade municipal, na formulação de questões, na solicitação de esclarecimentos e na apreciação das opções políticas do Executivo. Relativamente à referência efetuada à estratégia do Partido Socialista, esclareceu que a divergência manifestada não decorre da inexistência de estratégia por parte do Executivo, mas sim de uma discordância quanto às opções estratégicas adotadas para o desenvolvimento do concelho. Considerou natural a existência de diferentes visões políticas sobre essa matéria, entendendo que tal pluralidade constitui uma expressão normal do funcionamento democrático das instituições. Concluiu afirmando que o Partido Socialista continuará a apresentar propostas, a defender as suas posições e a manifestar as suas divergências sempre que o considere adequado, no respeito pelos princípios democráticos e pelas opções legitimamente sufragadas pelos eleitores.

O Presidente da Câmara esclareceu que a transferência do saldo de gerência apurado em 31/12/2025, em cumprimento das normas contabilísticas aplicáveis, apenas pode ser integrada no orçamento através de uma revisão orçamental, não existindo outro mecanismo legal para a sua incorporação

Após inscrição para 2ª. ronda, intervieram:

- **Cláudia Monteiro** referiu que a bancada do PSD tinha votado contra o orçamento apresentado na sessão anterior da Assembleia Municipal, questionando se o reforço da verba destinada à área da cultura tinha sido considerado no âmbito desta revisão.
- **Sofia Antas** referiu que esperava que não fosse apresentada qualquer outra revisão durante o corrente ano.

O Presidente da Câmara esclareceu que, aquando da discussão do orçamento, foi referida a necessidade de reforçar determinadas rubricas orçamentais com recurso ao saldo que viesse a ser apurado. Acrescentou que, nos termos legais, a revisão orçamental não é proibida, sendo antes obrigatória para a integração do saldo de gerência apurado em 31 de dezembro de 2025.

A Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com quinze votos favoráveis e seis abstenções dos membros do PS.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

4. DECLARAÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PAGAMENTOS/RECEBIMENTOS EM ATRASO À DATA DE 31/12/2025 – PARA CONHECIMENTO:

A Presidente da Assembleia Municipal referiu que a documentação em questão foi remetida para conhecimento, não havendo lugar a deliberação, contudo, colocou à consideração do Presidente da

C. M. breve esclarecimento da mesma.

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que as declarações em causa foram emitidas em cumprimento da legislação aplicável, refletindo os valores dos compromissos já assumidos, bem como a inexistência de pagamentos em atraso há mais de 90 dias.

Relativamente à declaração dos recebimentos, referiu que nela constam os montantes ainda não recebidos referentes a projetos comunitários, bem como os valores totais das dívidas dos munícipes em diversas áreas, designadamente refeições escolares, transportes, aluguer de equipamentos, abastecimento de água e gestão de resíduos, licenças de obras, entre outras. Acrescentou ainda que está a ser analisada a melhor forma de proceder à recuperação de parte dos valores em dívida.

Não houve qualquer pedido de intervenção.

5. PROPOSTA DA CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE ARRAIOLOS:

A Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para a apresentação do assunto, referindo que a Câmara Municipal decidiu avançar com este documento estratégico em estreita colaboração com todas as Juntas de Freguesia.

Foi ainda assinalada a existência de um lapso na página 21, devendo constar que se trata de lotes municipais e não de lotes particulares, bem como um erro identificado na página 90.

No âmbito da estratégia apresentada, destacou as seguintes prioridades:

- Garantir o acesso da população a habitação digna;
- Promover o acesso a lotes de terreno a custos controlados; Incentivar a reabilitação urbana;
- Proceder à reconversão de áreas degradadas ou abandonadas.

Referiu ainda que já se encontram em desenvolvimento diversas ações neste âmbito, prevendo-se igualmente a construção de novos loteamentos de iniciativa municipal.

Conforme ordem de inscrição intervieram:



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

- **José Manuel Pinto** referiu que o documento em apreciação constitui um instrumento estratégico para a política municipal de habitação e para o suporte de candidaturas, considerando fundamental que o município assumira o acesso à habitação como uma prioridade. Mencionou que a reposição das freguesias deveria ter sido tido em conta. Informou que o loteamento da Tapada do Franco foi o primeiro a ser construído, que, na altura foi um grande impulso para o crescimento urbano da vila e contribuiu para criar condições para a fixação dos jovens no concelho. Referiu igualmente que foram desenvolvidas diversas ações no âmbito da reabilitação urbana, da promoção de soluções habitacionais e do reforço do parque habitacional público. Considerou que a atual crise habitacional resulta da inoperância governamental. A concluir, afirmou que tudo será feito para garantir e preservar o direito à habitação, nos termos consagrados na Constituição da República Portuguesa.

- **Maria Manuel Gabriel** apresentou um conjunto de observações e pedidos de esclarecimento relativamente ao documento em análise, identificando as respetivas páginas para facilitar a sua localização:

Pág. 19 – Referiu a existência de incorreções no enquadramento geográfico do território, nomeadamente quanto à localização dos concelhos de Estremoz e Mora.

Pág. 43 – Solicitou confirmação da informação relativa ao número de funcionários do Centro Social e Paroquial de Arraiolos.

Pág. 49 – Questionou o significado da expressão “alojamentos não clássicos”.

Pág. 50 – Solicitou esclarecimentos sobre a categoria “alojamentos vagos por outros motivos” e questionou se o número de 122 fogos disponíveis para venda ou arrendamento corresponde à situação atual.

Pág. 55 – Questionou se o volume de contratos de compra e venda se encontra expresso em euros ou em milhares de euros.

Págs. 63 e 64 – Solicitou confirmação de que os edifícios devolutos identificados correspondem à situação atual.

Pág. 66 – Pediu esclarecimento sobre o conceito de “mobilidade suave”.

Pág. 67 – Questionou qual o edifício municipal referido na zona de São Pedro.

Págs. 75 e 76 – Solicitou confirmação da atualidade dos dados referentes aos 28 edifícios com carências de conservação.

Pág. 89 – Questionou se os fogos da Rua dos Almocreves são fogos municipais. Pág. 104



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

– Perguntou se existem edifícios devolutos já identificados para reabilitação.

Pág. 106 – Questionou se já se encontram identificados benefícios fiscais para incentivo ao mercado de arrendamento.

Pág. 107 – Solicitou esclarecimentos sobre a previsão de construção de edifícios de dois ou três andares e respectivas localizações.

Pág. 112 – Questionou o significado da expressão “16 fogos a custos controlados”.

Pág. 115 – Solicitou esclarecimentos sobre as medidas de reabilitação de fogos previstas.

Pág. 118 – Questionou se a estimativa apresentada de cerca de 182 fogos colocados no mercado de arrendamento, correspondente a aproximadamente 50% do total referido.

- **António Garcia** afirmou que a descrição apresentada corresponde à realidade vivida no concelho, salientando que são os autarcas que definem as estratégias de desenvolvimento. Referiu ainda que o principal problema poderá não ser a habitação, mas sim a falta de emprego, defendendo a necessidade de criar mecanismos que atraiam pessoas para o concelho e de refletir sobre formas de inverter as atuais políticas. Questionou quais são os novos loteamentos previstos para o Vimieiro e acrescentou que deveria existir um plano de intervenção consolidado para várias ruas da localidade.
- **Cláudia Monteiro** referiu que se trata de um documento estratégico que contém algumas questões pouco concretas, destacando, em particular, o conteúdo da página 107, relativo à reabilitação urbana. Relativamente ao que é mencionado sobre os potenciais fogos privados, questionou qual o prazo médio necessário para a conclusão do respetivo processo de licenciamento. Acrescentou ainda ser fundamental criar condições e atrativos que promovam a fixação de jovens no concelho.

O Presidente da Câmara respondeu a algumas das questões, esclarecendo que, relativamente aos edifícios devolutos, o município não dispõe de poderes para proceder à sua posse administrativa, exceto nos casos em que os imóveis se encontrem em risco de ruína. Informou ainda que os novos loteamentos atualmente em implementação correspondem ao Parque Empresarial de Vimieiro, já divulgado publicamente e com lotes atribuídos, e ao Parque Empresarial de Igrejinha, que se encontra em fase de elaboração do projeto. Reconheceu que as oportunidades de emprego existentes não são compatíveis com a atual oferta habitacional. Referiu também que o plano estratégico, com horizonte temporal até 2034, tem como principal objetivo atrair investimento para o concelho.

Relativamente aos projetos de habitação, manifestou dúvidas quanto à existência, nos serviços municipais, de qualquer projeto devidamente instruído. Por fim, considerando o elevado número



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

de questões apresentadas pela Maria Manuel, informou que as restantes respostas serão prestadas por escrito.

- **Manuel Cabeça** declarou acompanhar as intervenções anteriormente proferidas, referindo que alguns dos instrumentos em análise já haviam sido considerados ao nível regional. Mencionou ainda que a população tem vindo a questionar a capacidade de intervenção e a autonomia do município nesta matéria, salientando a necessidade de o Plano Diretor Municipal (PDM) contribuir para a resposta aos problemas habitacionais. Acrescentou que o referido instrumento carece de indicadores que promovam uma maior complementaridade e articulação entre a administração central e a administração local.

O Presidente da Câmara informou que, relativamente ao PDM, se aguarda que a CCDR agende a última reunião, de modo a dar continuidade aos restantes trâmites do processo.

A Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelas 22 horas e 22 minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada pela Assembleia, será assinada pela Mesa.

Catarina Castro Correia dos Santos

